



Faculdade de Saúde Pública – USP

Determinantes das Escolhas Alimentares

e Comportamentos Alimentares (2023)

OPINIÃO

# Determinantes políticos da escolha alimentar na infância: reflexões sobre as influências e desafios

Tatiane Veiga, Ariela Doctors, Patrícia Gama Bonini e Agnes Segura

O conceito de Sindemia Global, que trata sobre desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, amplia reflexões sobre educação nutricional na infância, disponibilidade de alimentos, hábitos saudáveis, influências familiares, obstáculos socioeconômicos e políticas públicas para um futuro mais saudável para as gerações futuras.

A escolha alimentar é uma decisão diária que impacta diretamente a saúde e o bem-estar de indivíduos de todas as idades. No entanto, quando se trata da infância, essa escolha ganha contornos ainda mais relevantes, uma vez que os hábitos alimentares adquiridos nessa fase tendem a moldar o futuro da saúde de uma geração e a saúde do próprio planeta. A relação entre escolhas alimentares na infância e a prevenção da obesidade e de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) não pode ser subestimada. Nesse contexto, a compreensão dos determinantes políticos que moldam essas escolhas se torna uma questão fundamental.

A influência do ambiente social e econômico sobre as escolhas alimentares das crianças é inegável. Muitos estudos revelam a complexidade dessas relações e a necessidade de considerar variáveis como fatores socioeconômicos, o ambiente alimentar e as estratégias de marketing. No entanto, um aspecto crucial a ser destacado é a influência das políticas públicas nesse cenário.

Políticas públicas têm o poder de moldar o ambiente em que as escolhas alimentares ocorrem. Quando olhamos para o contexto brasileiro, a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que proíbe a publicidade direcionada a crianças, emerge como um exemplo impactante. Ao reconhecer a vulnerabilidade natural das crianças ao marketing, essa resolução aborda diretamente um

dos determinantes políticos que moldam suas escolhas alimentares. Ao limitar a exposição das crianças a anúncios de produtos de baixo valor nutricional, a política busca protegê-las de incentivos à alimentação inadequada.

No entanto, a influência política não deve se restringir apenas a medidas restritivas. Estratégias positivas também têm um papel fundamental. As políticas de incentivo à alimentação saudável nas escolas, por exemplo, podem criar um ambiente propício para escolhas mais conscientes. Ao oferecer opções nutritivas e promover a [educação alimentar e nutricional](#), essas políticas contribuem para a construção de bons hábitos alimentares desde a primeira infância. O desenho atual do [PNAE](#) é um exemplo excelente para garantir uma oferta de alimentos saudáveis aos seus beneficiários e, por conseguinte, o Direito Humano à Alimentação Adequada.

O acesso à alimentação saudável também está intrinsecamente ligado à determinantes políticos. A distribuição de alimentos em áreas de baixa renda e a disponibilidade de opções saudáveis em escolas e comunidades nos fazem refletir como as políticas podem desempenhar um papel vital neste acesso que pode ser alcançado pelo consumo preferencial de alimentos *in natura* ou minimamente processados à alimentos ultraprocessados, conforme orienta a regra de ouro do [Guia Alimentar para a População Brasileira](#). Por exemplo, a relação entre o consumo de refrigerantes e o nível socioeconômico demonstra que políticas voltadas para a equidade alimentar são cruciais.

Ao mergulharmos nas análises apresentadas, fica evidente que a abordagem política para as escolhas alimentares infantis deve ser multifacetada. Ela precisa incorporar restrições à publicidade enganosa, estímulos à alimentação saudável, políticas de acesso igualitário a alimentos nutritivos e programas educacionais. Afinal, a saúde e o futuro das crianças e da própria humanidade, não podem ser negligenciados.

No cenário global, as crianças são alvos frequentes de campanhas publicitárias que promovem alimentos ricos em açúcar, gorduras saturadas e sódio, alimentos ultraprocessados, promotores de DCNT, entre elas, a obesidade, atingindo mais de 340 mil crianças brasileiras entre 5 e 10 anos segundo o relatório público do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional. Essa realidade coloca em destaque a necessidade de regulamentação mais rígida em relação à publicidade direcionada a esse público vulnerável ao redor do mundo. A resolução do Conanda, no Brasil, é um passo importante nesse sentido, mas é necessário que mais países adotem medidas semelhantes para criar um ambiente seguro para as escolhas alimentares infantis. Além disso, investir em programas que proporcionem acesso à refeições balanceadas durante o período escolar contribui não apenas para a saúde das crianças, mas também para o seu desempenho acadêmico e desenvolvimento global. Ademais, políticas de educação alimentar que empoderem as crianças a tomar decisões conscientes em relação às suas escolhas de consumo são fundamentais para construção de sua autonomia e soberania, bem como de um futuro possível.

Em conclusão, a interseção entre determinantes políticos e escolhas alimentares na infância é inegável. Políticas públicas bem elaboradas têm o potencial de moldar um ambiente que favoreça a saúde e o bem-estar das crianças. A abordagem política é uma peça-chave no quebra-cabeça da promoção da nutrição infantil e da saúde global. No entanto, essa abordagem deve ser sensível às complexidades do contexto socioeconômico

e cultural em que as escolhas alimentares ocorrem. Somente assim poderemos criar um presente em que todas as crianças possam crescer com acesso a escolhas alimentares saudáveis e oportunidades de uma vida adulta mais promissora e menos afetada tanto pelo risco individual de DCNT, como coletivo, no âmbito das mudanças climáticas globais.

**Tatiane Veiga** é Nutricionista, Mestranda PPGAN-UNIRIO, Pós-graduanda em Nutrição Clínica e Funcional (IPGS), Mentora do Sustentarea-FSP-USP. (@nutricionista.tatianeveiga).

**Ariela Doctors** é Comunicadora e Chef de Cozinha, Pós-graduada em Educação Sistêmica pela UniBF e Mestranda em Nutrição pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Atualmente atua como Coordenadora Geral do Instituto Comida e Cultura.

**Patrícia G. Bonini** é Nutricionista, Mestranda em obstetrícia pela Faculdade de Medicina da USP, tem Especialização em Saúde, Nutrição e Alimentação Infantil pela UNIFESP e Pós-graduação em Nutrição Clínica e Terapia Nutricional pelo Ganep.

**Agnes Segura** é graduanda de Fonoaudiologia da Faculdade de Medicina da USP e aluna de MD/PhD em Ciências da Reabilitação, com enfoque em disfagia neonatal.

## **Bibliografia**

CAINELLI, e. c. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados por crianças e fatores socioeconômico e demográfico associados. *einstein* (São Paulo). 2021;19:eAO55541

CHEN, P. J.; ANTONELLI, M. Conceptual Models of Food Choice: Influential Factors Related to Foods, Individual Differences, and Society. **Foods (Basel, Switzerland)**, v. 9, n. 12, 1 dez. 2020.

CORY, M. et al. Behavioral Economic Approaches to Childhood Obesity Prevention Nutrition Policies: A Social Ecological Perspective. **Perspectives on behavior science**, v. 44, n. 2–3, p. 317–332, 1 set. 2021.

GIBSON, K. E. *et al.* The Influence of Sustainability on Identities and Seafood Consumption: Implications for Food Systems Education for Generation Z. **Foods (Basel, Switzerland)**, v. 12, n. 10, 9 maio 2023.

HELMER, S. M. *et al.* Dissemination of knowledge from Cochrane Public Health reviews: a bibliographic study. **Systematic reviews**, v. 12, n. 1, p. 113, 3 jul. 2023.

HENRIQUES, P. *et al.* Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, dez 2018.

JAIME, P. C.; DO PRADO, R. R.; MALTA, D. C. Family influence on the consumption of sugary drinks by children under two years old. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 13s, 1 jun. 2017.

KAPETANAKI, A. B. et al. Socioeconomic Differences and the Potential Role of Tribes in Young People's Food and Drink Purchasing Outside School at Lunchtime. **International journal of environmental research and public health**, v. 16, n. 14, 2 jul. 2019.

LANCSAR, E. *et al.* Social acceptability of standard and behavioral economic inspired policies designed to reduce and prevent obesity. **Health Economics (United Kingdom)**, v. 31, n. 1, p. 197–214, 1 jan. 2022.

LUGER, M. *et al.* Gradual reduction of free sugars in beverages on sale by implementing the beverage checklist as a public health strategy. **European Journal of Public Health**, v. 28, n. 5, p. 961–967, 1 out. 2018.

MARTY, L. *et al.* When do healthiness and liking drive children's food choices? The influence of social context and weight status. **Appetite**, v. 125, p. 466–473, 1 jun. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para população brasileira. Brasília, 2014, 2. ed., 1. reimpr. 2014.

VON PHILIPSBORN, P. *et al.* Environmental interventions to reduce the consumption of sugar-sweetened beverages and their effects on health. **The Cochrane database of systematic reviews**, v. 6, n. 6, 12 jun. 2019.

WILLS, W. *et al.* Socio-economic factors, the food environment and lunchtime food purchasing by young people at secondary school. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 16, n. 9, 1 maio 2019.

WONGPRAWMAS, R. *et al.* Food Choice Determinants and Perceptions of a Healthy Diet among Italian Consumers. **Foods (Basel, Switzerland)**, v. 10, n. 2, 3 fev. 2021.